



EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA 950/2020
(DEPUTADO BOHN GASS)

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).

Emenda modificativa nº
(à Medida Provisória n. 950)

Dê-se ao artigo 4º da Medida Provisória em epígrafe a seguinte redação:

Art. 4º Os consumidores do ambiente de contratação regulada, de que trata a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que exercerem as opções previstas no § 5º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nos art. 15 e art. 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e os autoprodutores de energia elétrica, deverão pagar, por meio de encargo tarifário cobrado na proporção do consumo ou geração de energia elétrica, os custos remanescentes das operações financeiras de que trata o inciso XV do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 2002.

JUSTIFICATIVA

O consumidor do mercado cativo, sobretudo o residencial, não pode arcar com as benesses de consumidores mais privilegiados. Deve haver uma maior isonomia, e aqueles grandes consumidores que optarem pelo mercado livre ou pela autogeração, eles não podem simplesmente deixarem o ônus com os consumidores que ficarem no



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **BOHN GASS**

mercado cativo, pois essa será uma tendência, dada a baixa no preço do PLD e o aumento na tarifa do mercado cativo.



Dep. BOHN GASS

Deputado Federal - PT/RS



CD/20054.61183-78